

**CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE /
HELPDESK À SOLUÇÃO ERP MICROSOFT DYNAMICS NAV
(CIDADELA / NAVHR / GESTÃO DOCUMENTAL E PORTAIS WEB)**

No dia oito, do mês de setembro, do ano de Dois mil e dezasseis, nesta vila de Boticas e Edifício dos Paços do Concelho, compareceram como outorgantes:

MUNICIPIO DE BOTICAS, NIF 506 886 964, com sede em Praça do Município, 5460-304 Boticas, endereço electrónico *municipio@cm-boticas.pt*, telefone n.º 276410200 e fax n.º 276410201, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, **Fernando Eirão Queiroga** cartão de cidadão n.º 08431148 7ZY3, válido até 21/04/2018.

SEGUNDO:

ARQUICONSLT, ARQUITETURA, ENGENHARIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, LDA. com sede na Avenida Comendador Ferreira de Matos, n.º 793, 4450-125 Matosinhos, NIF e matrícula 505 187 299, da conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 1ª secção neste ato legalmente representado por **Sérgio Luís Martins do Espírito Santo**, cartão de cidadão n.º 10267727 1ZY9, válido até 26/02/2019, e **Miguel Ricardo Tiago de Almeida**, cartão de cidadão n.º 09735093 1ZY4, válido até 15/12/2016 qualificação e poderes verificada pela certidão conforme consulta efetuada no sítio da internet <https://portaldaempresa.pt>.

E pelo representante do primeiro outorgante foi dito que:

Cláusula 1.ª

Objecto do contrato

O presente contrato tem por objeto a Prestação de Serviços de Suporte /Helpdesk à Solução ERP Microsoft Dynamics Nav (Cidade/ NAVHR/ Gestão Documental E Portais Web, precedido de Ajuste Directo e adjudicado ao segundo outorgante por despacho do Presidente da Câmara de 17 de agosto de 2016, em conformidade com o Caderno



de Encargos, devidamente aprovado por despacho do Presidente da Câmara de 03 de agosto de 2016, nos termos da proposta apresentada pelo segundo outorgante.

Cláusula 2.ª

Prazo de Execução

O serviço objeto do procedimento será executado no prazo de 1 ano.

Cláusula 3.ª

Preço contratual

Pelo serviço previsto na cláusula 1.ª, o Primeiro Outorgante obriga-se a pagar ao Segundo Outorgante o valor de Onze mil, novecentos e quarenta euros (11.940,00€), acrescido de IVA à taxa legal em vigor de 23%.

Cláusula 4.ª

Pagamentos

As quantias devidas pelo primeiro outorgante nos termos da cláusula anterior, são pagas no prazo máximo de 30 dias após a recepção pelo primeiro outorgante das respectivas facturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

Cláusula 5.ª

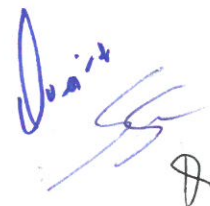
Caução

Não é exigível a prestação de caução de acordo com o nº 2 do artigo 88.º do Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de Janeiro. No entanto e atendendo ao nº3 do mesmo diploma pode o Município de Boticas, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efectuar.

Cláusula 6.ª

Foro Competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Círculo, com expressa renúncia a qualquer outro.



Cláusula 7.ª

Prevalência

1 – Consideram-se como condições a observar no serviço, as expressas no contrato, os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos, Caderno de Encargos e na proposta apresentada pelo segundo outorgante.

2 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, prevalece em primeiro lugar os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos, Caderno de Encargos, seguidamente a proposta apresentada pelo segundo outorgante, e em último lugar o texto do presente contrato, nos termos do disposto no n.º6, do artigo 96.º, do CCP.

Cláusula 8.ª

Legislação Aplicável

A tudo o que não esteja previsto no presente contrato aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro e demais legislação aplicável.

Cláusula 9.ª

Enquadramento orçamental

A despesa inerente ao contrato será satisfeita pela seguinte dotação orçamental, 0200/020219, conforme proposta de cabimento n.º 1742, compromisso n.º 2098 e requisição externa de despesa n.º1058.

Cláusula 10.ª

Disposições Finais

1 — Os pagamentos a efetuar ao abrigo do presente contrato serão efetivados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas.

BOTICAS
CÂMARA MUNICIPAL

2 — O procedimento por ajuste direto — regime geral relativo ao presente contrato foi devidamente autorizado por despacho do Presidente da Camara Municipal de 03 de agosto de 2016.

3 — Não se registaram quaisquer ajustamentos ao conteúdo do presente contrato.

O segundo Outorgante apresentou ainda os seguintes documentos:

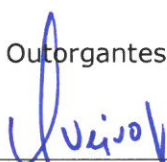
1 - Certidão (Consulta), emitida pelo Serviço de Finanças de Matosinhos em 23 de agosto de 2016, comprovativa de a firma representada pelo segundo outorgante ter a sua situação tributária devidamente regularizada;


2 - Certidão (Consulta), emitida pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social em 23 de agosto de 2016, comprovativa de a firma representada pelo segundo outorgante ter a sua situação tributária devidamente regularizada;

3 - Certificado de Registo Criminal dos gerentes da firma;

4 - Declaração nos termos da alínea a), do nº1, do art.º 81º, do Código dos Contratos Públicos.

Os Outorgantes,





Arquiconsult,
Sistemas de Informação S.A.

A Administração